



## COMUNICADO

**A Educação é antes de tudo um direito de todas as crianças e de todos os jovens!**



A CONFAP reunida em 09 de Junho de 2018 decidiu tornar pública a posição das famílias sobre mais uma greve de professores.

**A Educação é antes de tudo um direito de todas as crianças e de todos os jovens!**

A CONFAP, na defesa das preocupações das famílias e no respeito pelo trabalho dos professores, alunos e demais profissionais, não pode deixar de repugnar veementemente o oportunismo dos sindicatos num momento crucial das vidas dos nossos jovens e das famílias.

Reiteramos que a nossa defesa é de todas as famílias. Não somos dos que entendem que Pais e Professores são cidadãos diferentes. Podem exercer profissões distintas, mas a condição e o direito de ser família é o mesmo.

A Escola Pública tem estado em permanente instabilidade, sempre causada pelos principais responsáveis pelo sistema educativo português. Instabilidade que prejudica todos, professores, alunos e não docentes, que se esforçam diariamente nas escolas e dedicam as suas energias para evoluir na qualidade educativa e para conseguirem os objetivos a que todos os anos se propõem.

A CONFAP nunca deixou de manifestar, de forma pertinente, a sua discordância com algumas das políticas educativas.

Intervimos e continuaremos a intervir, sempre que oportuno, quanto à organização do ano letivo, à falta de funcionários nas escolas e às suas necessidades de formação e tantas outras situações como as despesas de educação e a política de manuais escolares, o modelo de ensino e os currículos, a avaliação, a educação especial, a oferta formativa, a educação de infância e o pré-escolar, as equipas multidisciplinares, a formação de adultos, o serviço de refeição e de Ação Social Escolar. Políticas e medidas que merecem de todos os intervenientes uma permanente atenção e reivindicação de melhoria.

Nunca empreendemos com prejuízo das crianças e dos jovens, nem dos professores ou dos profissionais que trabalham nas escolas.

Estas greves constituem um desrespeito pelo planeamento de trabalho que foi feito no início do ano letivo. Em nada beneficiam os professores que estão nas escolas e terão um impacto de prejuízos irreparáveis nas vidas das famílias que têm filhos e filhas a frequentar a Escola Pública. Apenas trazem prejuízos a todos com consequências imprevisíveis para as crianças e para os jovens porque, desde logo, afetam os resultados académicos pela instabilidade emocional que provocam, num tempo em que mais precisam de tranquilidade e de concentração, com a agravante de, nos anos de conclusão de ciclo, impedirem os alunos de se matricularem no 10º ano e, ainda, porque colocam em causa o acesso ao ensino superior. São oportunidades que se retiram aos jovens sem possibilidade de as recuperar.



Ainda prejudicam as Escolas que veem todo o seu trabalho suspenso e provocam uma consequente confusão e azáfama para a organização do próximo ano letivo, com todos os efeitos nefastos na vida profissional, familiar e pessoal dos professores que estão nas escolas.

Com um calendário tão intenso perante programas e currículos desmesurados é, só por si, muito complicado estabelecer um plano de trabalho equilibrado que permita elevar ao máximo as capacidades de cada um. É incompreensível que na hora de se avaliar o plano e o trabalho desenvolvidos, por professores e alunos, se defraudem assim as expectativas.

**Esta forma de greve só não prejudica quem não tem filhos no sistema público ou que não está a prestar serviço nas escolas.** Um contrassenso até com o discurso dos dirigentes sindicais.

A CONFAP confia que os professores usarão o bom senso para ponderar as mais e menos valias de uma greve que é desleal com aqueles que fazem da Escola e na Escola um lugar de conhecimento e desenvolvimento de qualidade pessoal e social.

A CONFAP acredita que os professores saberão distinguir o direito à greve (que noutras formas até se compreendem) do direito essencial à Educação e das suas responsabilidades na missão da Escola.

A CONFAP percebe a necessidade sindical destas ações, mas há limites de razoabilidade e de dignidade que se impõem perante os próprios representados e demais terceiros. A CONFAP está disponível para, ao lado dos professores, lutar pela melhoria das suas condições de trabalho em prol de melhor educação, sempre no respeito pelos interesses de todos e em particular das crianças e dos jovens.

A CONFAP entende a frustração sentida perante promessas não cumpridas. Somos cidadãos também afetados pelas políticas do governo. Entendemos a legitimidade de se questionar as prioridades das suas políticas, incluindo as educativas. Julgamos pertinente pressionar o governo a repensar as suas prioridades de investimento, um governo que aposte numa estratégia de consolidação da qualidade de vida dos cidadãos e menos em grupos de interesses. Entendemos tudo isso, mas não aceitamos hipotecar a confiança que é nosso dever inculcar nas nossas gerações mais novas.

Urge encontrar um caminho de progresso sustentável que retire o nosso sistema educativo da atonia que persiste ao longo de décadas, e que o coloque num lugar de mérito como deve ser apanágio de um país desenvolvido.



Assim, exige-se:

- Que o governo providencie no sentido de se proceder à revisão do despacho normativo que regulamenta o regime de avaliação, nomeadamente no que respeita à constituição e funcionamento dos Conselhos de Turma para efeitos de avaliação.
- Que de imediato o Ministério da Educação emita despacho normativo que garanta as necessárias condições ao cumprimento da calendarização referente à organização do ano escolar e correspondentes avaliações.
- Que sejam garantidas todas as condições para que os jovens não sejam prejudicados no seu direito de se candidatarem ao Ensino Superior, bem como no prosseguimento do seu percurso académico nos ensinos básico e secundário.

Estas greves constituem, assim, mais um ataque à Escola Pública que tanto esforço vimos a fazer para a defender. A Escola tem como missão minimizar desigualdades de oportunidades educativas e sociais, respondendo às necessidades das crianças e dos jovens, em particular dos mais desfavorecidos. Desta forma, com um frequente ataque interno à própria Escola, o que acontece é que aqueles que podem escolher o sistema de ensino ficam favorecidos com a possibilidade de fazerem opções mais vantajosas. Considerando que o Estado obriga as famílias a colocar os seus filhos na escola pública, tem que garantir a equidade de oportunidades ou, caso contrário, terá que implementar medidas para que todas as famílias possam fazer as suas opções.

9 de Junho de 2018

CONFAP